

ALDEIA SURUÍ - P. I. BORORÓ

Como mencionamos anteriormente, a curta permanência junto aos Suruí (10 dias no início de julho) permitiu-nos observar o final de um ciclo econômico atualmente de extrema importância para a vida do grupo, vinculado às atividades de "inverno", ou seja, a exploração da castanha (que os vincula também à economia regional), bem como o início das atividades na roça, que corresponde ao "verão".

Sabemos que, tradicionalmente, esta interrupção nas atividades de subsistência (baseadas principalmente na caça e na agricultura) não se verifica entre os grupos filiados ao tronco linguístico Tupi. Desta maneira, por contingências externas que lhes foram impostas - condições e forma de trabalho de extração da castanha para a FUNAI, para fins de comercialização pela 2ª DR - vem se acentuando uma estreita e forçada ligação desta esfera da vida do grupo à principal atividade regional do Médio Tocantins, baseada essencialmente na extração da castanha. Assim, todos os problemas envolvidos (que também são problemas regionais, como a questão de terras - invasões, posseiros) também vem se acentuando e alastrando de modo incondicional, espantoso.

Ao dar continuidade ao levantamento efetuado no início deste ano pelo Prof. Renato da Silva Queiroz (Antropologia - USP), conforme mencionamos, procuramos nos aprofundar nas causas destes problemas que se apresentam ao grupo como verdadeiras entraves à melhoria de suas condições de vida. A solução adequada a médio prazo propiciará ao grupo uma alternativa para sua integração paulatina e específica à comunidade nacional, numa região onde o desenvolvimento acelerado vem provocando desconhecidos.

Como o objetivo deste segundo levantamento era acompanhar a situação real do grupo e considerando o espaço de tempo entre a primeira visita aos Suruí (fevereiro) e esta, tentaremos fazer uma reconstrução do processo em andamento para fins de melhor compreensão. Apresentaremos assim primeiramente um quadro geral da situação encontrada ao chegarmos em campo, utilizando uma série de dados apresentados no primeiro relatório em todo o decorrer do trabalho.¹⁶

LOCALIZAÇÃO ATUAL DA ALDEIA E SITUAÇÃO ENCONTRADA

Os índios Suruí do P.I. Sororó retornaram entabuí deste ano para a 'aldeia velha', como chamam, a qual haviam abandonado em setembro de 1974,¹⁷ quando se transferiram para a 'aldeia nova',¹⁷ onde está fixada atualmente a sede do P.I.

Este local havia sido escolhido pelo trabalhador braçal ("civilizado") daquele P.I. tendo em vista a "beleza da paisagem", mas que no entanto apresentava péssimas condições de fixação para o grupo: escassez de água (inexistência de igarapés nas proximidades), raridade de caça, além do terreno ser extremamente pedregoso e acidentado. Estas condições vieram a prove

¹⁶ Relatório de Pesquisa Antropológica realizada entre os índios Suruí do Estado do Pará, do Prof. Renato da Silva Queiroz, a quem agradecemos a colaboração para a realização deste segundo levantamento.

¹⁷ Foi a época em que grande parte de seu rebanho bovino morreu vitimado por raiva - o gado não havia sido vacinado; no entanto, os índios atribuíam as mortes de 9 das 12 cabeças que possuíam devido à existência de "ervas venenosas" entre a vegetação que 'aldeia velha' servia de pasto para o gado (ver relatório anterior e "atividades pecuárias" neste).

car a volta ao antigo aldeamento, totalmente reconstruído pe-
 los próprios índios - 14 casas em terreno plano e praticamen-
 te na forma tradicional (duas fileiras paralelas), onde mo-
 ram as famílias nucleares (e não mais as famílias extensas).
 A proximidade da estrada para S. Raimundo e frequentes inva-
 sões de regionais "civilizados" (kamará) à procura de remédios
 e comida foram outros fatores que os levaram de volta para a
 "aldeia velha". Apesar de distante da sede do P.I. (cerca de
 4 km) este é um local privilegiado, com mata próxima, além
 de um igarapé - "Grotão dos Caboclos" que praticamente circun-
 da a aldeia e é fonte de água permanente para os índios.

Além do trabalhador braçal, Sr. Mariano, "civilizado" que se
 encontra junto a este P.I. com a família desde 1974 (e que
 por ocasião de nossa permanência junto à aldeia ele já estava
 encaminhando à 2ª DR o seu pedido de aposentadoria) reside a-
 tualmente junto à aldeia (que dista cerca de 4 km da sede do
 Posto, onde mora o primeiro) o atendente, Sr. Arakén José Fer-
 reira Contente e sua mulher, numa casa construída de forma a
 obstruir o pátio central da aldeia, onde funciona atualmente
 a farmácia do Posto.¹⁸

O P.I. Sororó não dispunha então de "chefe de Posto", tendo
 o último funcionário que ocupava tal cargo (Sr. Mario Barbo-
 sa) deixado a aldeia em abril-maio p.p. - ele havia assumido
 o cargo por ocasião da visita do Prog. Renato da Silva Quei-
 roz ao grupo, em fevereiro último). Desde então, o trabalha-
 dor braçal, um indivíduo de cerca de 60 anos e analfabeto
 passou a desempenhar as funções de "chefe de Posto". Em fins

¹⁸ Esta casa será, segundo os índios, posteriormente derruba-
 da, assim que o atendente terminar de construir a sua, ele
 mesmo, de taipa, a 50 metros da aldeia, a caminho do igarapé.

de maio, deslocaram-se para o P.I. Sororó dois antigos sertanistas da FUNAI, enviados pela 2ª DR para coordenar os trabalhos de final de safra e averiguar a situação deixada naquele P.I. com a saída do Sr. Mario Barbosa. Por ocasião de nossa visita ao grupo, ambos já não se encontravam lá (ver adiante). Com a chegada do atendente ao P.I. em junho último, as funções de "chefe de Posto" foram "divididas" com o trabalhador braçal, apesar de desentendimentos constantes entre os dois.¹⁹

¹⁹ Basta citarmos o "caso da máquina de costura", aparentemente banal mas que causou embaraços. Como donativo aos índios (ed como praxe de antropólogo para efetuar trocas) levamos alguns metros de tecido para confeccionar calções para os índios (adultos e crianças), indumentária indispensável para eles, pois sabíamos de antemão da existência de uma máquina de costura que constava como material permanente no Posto. Como esta máquina se encontrava na sede do Posto e não na aldeia (pois a esposa do braçal costurara uma época para as índias), houve uma certa resistência por parte do Sr. Mariano - que dizia que 'poderia quebrar', etc. e se considerava responsável por tal objeto como se a posse fosse sua - em "cedê-la" por alguns dias, para que pudéssemos confeccionar os calções na aldeia. Terminada a tarefa, ela voltaria para a sede do Posto.

Ao deixarmos o P.I. Sororó, os calções não haviam sido terminados e duas índias se incumbiram da tarefa, uma vez que sabiam lidar com a máquina - era indispensável que os calções restantes fossem costurados, uma vez que estavam cortados. Os desentendimentos do grupo para com os funcionários do Posto permaneceram, na medida em que o atendente tivera se colocado numa posição de "intermediário", para a qual não havia sido solicitado, ora se colocando do lado dos índios, que precisavam dos calções, ora do lado do braçal, "responsável" pela máquina de costura que a queria de volta à sede do P.I. a qualquer custo.

O então atendente, Sr. Arakén - segundo informações que ele mesmo nos forneceu - havia recebido uma proposta da 2ª DR para a "chefia do Posto", acumulando assim dois cargos e diversas funções - e não dois salários, pois pelo segundo receberia apenas uma "gratificação por serviços prestados" e não o ordenado de atendente mais o de "chefe de Posto", o que demonstrava não lhe agradar. Afirmava constantemente que seus interesses financeiros estavam acima de tudo em relação ao trabalho que tinha. Costumava dizer de sua ³ qualidade e eficiência, demonstrando uma certa insistência nisto, o que apontava traços bastante anormais de conduta.

Ao chegarmos em campo demonstrava certa lucidez, presteza e amabilidade que, com o decorrer dos dias foram se transformando proporcionalmente à medida em que ele sentia que a confiança dos índios em relação a nós crescia e, consequentemente, o seu desprestígio entre eles (que comentavam por outro lado a anormalidade de seus comportamentos: "esse cara é louco", "ele só anda de revólve pra cima e pra baixo", "só sabe passá rádio, não faz mais nada...", "qué mandá na gente", declarações de Umassu, Sawarapi, Sawarahá e Tibaku, líderes" do grupo e nossos principais informantes.

Até então nada havia sido resolvido em Belém quanto ao caso do Sr. Arakén, que permanecia junto à aldeia, realmente circulando armado de revólver e transferindo suas funções para a de "chefe que ia ~~trazer~~ ordenar no local" - e infelizmente a pessoa <sup>?!
nem?</sup> mais indicada para tal, como tivemos ocasião de presenciar.²⁰

²⁰ Basta mencionarmos o fato ocorrido quando o caminhão particular contratado em São Domingos pelo Sr. Fontes (ver adiante) foi buscar a primeira "carrada" de castanha no Posto, no princípio de julho - e que presenciámos. Uma tarde, ao chegar da

Toda esta situação gerava um clima de apreensão no grupo, evidentemente, além do fato de estarem esperando o pagamento pela extração da castanha da safra de 1975 que havia terminado em maio, cuja produção do Posto ainda se encontrava no 'paioi' (ou barracão) como chamam (ver adiante).

As condições e as causas pelas quais o ex-funcionário, Sr. Mário Barbosa se retirou do P.I. Sororó foram bastante diversas, porém não menos tensas do que a que encontramos. No entanto, um ponto era comum - a autoridade sob a qual viviam, ou seja, às relações de poder e força existentes lhes eram claras e revoltantes.

Desde o final da safra, os Suruí vinham trabalhando na abertura de uma pista de pouso, que fica a 200m aproximadamente da aldeia atual. Este trabalho vinha sendo orientado pelos dois funcionários da FUNAI, Sr. Cangussa e Sr. Fontes (antigos sertanistas enviados pela 2ª DR ao P.I. Sororó, como mencionamos anteriormente). Durante a época em que o Posto esteve sem chefe, o Sr. Fontes (embora muito idoso e doente) também se incumbiu de tal função. Por ocasião de nossa permanência em campo, ambos se encontravam em Belém, o segundo por motivos de saúde, tendo retornado ao Sororó para orientar o transporte da castanha de lá para Belém. Nosso encontro se deu em São Domingos por alguns minutos, um povoado próximo na região onde o caminhão da 2ª DR aguardava pela castanha daquele P.I. que seria trazida por uma caminhão menor, particular, contratado pelo Sr. Fontes, devido às condições da estrada.

(cont.) da caça com um porco do mato - há dias que não havia caça para a alimentação na aldeia - Sawarhá, o "capitão" do grupo foi bruscamente interpelado pelo Sr. Arakén que exigia "mais 4 homens para ajudar a carregar o caminhão" (já havia 3 incumbidos do serviço braçal). A resposta de Sawarhá a ele foi simplesmente "não tem, tá todo mundo ocupado" e a reação violenta do atendente provocou um certo temor dos índios.

A questão de que os "Suruf não trabalham", frequentemente alegada pela 2ª DR e reafirmada pelo então atendente daquele P.I. (nas suas demonstrações de autoridade e desequilíbrio psíquico) apresenta alguns fatores que devem ser devidamente considerados e elucidados.

1. Apesar dos 15 anos de contato permanente, a estrutura social tradicional do grupo, ou melhor, o sistema sócio-econômico baseado na divisão sexual do trabalho voltado exclusivamente para fins internos de troca e subsistência, envolvendo o sistema de parentesco, ainda que ameaçado, não perdeu suas características específicas. Este fator não permite a exploração do trabalho que vise a maximização da produção (como todo um processo), bem como sua racionalização em padrões de troca individualizante, mercantil e utilitarista, como o esquema que lhes vem sendo imposto para a extração da castanha da forma como vem sendo efetuada, sob a égide da 2ª DR e de executores imediatos e subalternos, os funcionários do posto que se transformam em "capatazes". Este processo se torna mais violento quando o ponto nevrálgico da situação está situado no problema de terras e invasões tácitas por grandes proprietários (e políticos da região).

2. A própria percepção pelos índios da manipulação externa, do "mundo dos brancos" de que vêm sendo objeto lhes causa um profundo descontentamento em relação à toda situação em que vêm vivendo, desde que se fixaram no local onde estão atualmente. Mesmo sob ameaça constante e crescente de efetiva invasão de terras por dois grandes proprietários da região (ver adiante), além da pressão exercida para que "produzam" castanha e obtenham assim o mínimo que precisam para viver,

os Suruí são indivíduos extremamente pacíficos - característica dos grupos Tupi - e portanto passíveis de manipulação utilitária e inescrupulosa.²¹ Os índios querem ver apenas ga-rantida sua sobrevivência enquanto grupo, preservando a inte-gridade de seu povo, sua cultura e suas terras, principalmente, enquanto 'bens inalienáveis da União'. Se ameaçados, tornam-se defensivos, evidentemente.

Tendo apresentado assim a situação encontrada entre os Suruí do P.I. Sororó em julho deste ano, passaremos a seguir aos tó-picos específicos.

PROPRIEDADE DA TERRA E CASTANHA

Conforme apontado em relatório anterior, reside aqui o problema fundamental do grupo desde a sua fixação junto ao P.I. Sororó: a questão da delimitação definitiva da reserva Suruí e a do trabalho na castanha, ambas profundamente intrinsecas uma vez que a disputa e invasão por dois grandes proprietários da região - ambos residentes em Marabá, Sr. Almir Moraes e Sr. Antonio Braga (vereador naquele município) - de uma lar-ga faixa de terras (em litígio) que se encontra em pleno território de ocupação histórica dos Suruí se torna flagrante em época de safra. É quando se dá a disputa simultânea de grandes castanhais que se encontram na referida área.

21

O "pagamento" pelo trabalho de extração da castanha é feito aos índios, pela 2ª DR, sob a forma de mercadorias trazidas de Belém sem consultá-los a respeito de suas necessidades reais. Uma vez que a aquisição de determinados bens que lhes são indispensáveis - como roupas ou cartuchos (e não chumbo como lhes é enviado) - lhes é interdita de modo paternalista, o que impede que certas condições existentes de auto-suficiência venham a se desenvolver em benefício da comunidade.

Assim, enquanto a questão de ampliação e demarcação definitiva da área Suruí não for resolvida pela entidade competente, os conflitos permanecerão (principalmente por ocasião da safra), estendendo-se inclusive aos funcionários do Posto, que, inescrupulosamente tomam partido dos grandes proprietários causando assim situações extremamente embaraçosas nas relações para com os índios, que, evidentemente, sentem-se enganados, ludibriados em seus interesses.

Quanto à questão específica de ampliação e demarcação da área Suruí, em caráter definitivo, dispomos de um material que certamente será da maior importância: um mapa da área Suruí feito pelos próprios índios, onde constam todas as referências (indispensáveis para que a medição e demarcação seja feita por técnicos em breve), a saber: antigas aldeias, com sinais de roças e cemitérios indígenas Suruí, igarapés, caminhos, "colocações" de castanha e inclusive a delimitação feita pelos índios da área que vem sendo invadida pelos grandes proprietários (que não possuem escritura definitiva) da região. Grandes conhecedores da área de ocupação histórica do grupo, em seus detalhes, os Suruí aguardam a demarcação de seu território, bem como a ampliação da área, uma vez que estão confinados a praticamente um terço das terras que sempre ocuparam, diante da invasão e exploração da área indígena pelos referidos latifundiários.

Já houve um terceiro grande proprietário da região, Sr. Carlos Holanda, residente em Marabá (e grande castanheiro também) que até 1974 ocupava uma parte do último terço de terras às quais os Suruí estão confinados (relativamente, sempre considerando as proporções originais do mapa feito por eles). Esta parte, mediante acordo, foi entregue aos índios pelo próprio proprietário sem muitos problemas, numa demonstração de

bom senso e compreensão, tendo ficado "amigos dos índios, como eles próprios dizem e se colocando a sua disposição, mediante qualquer eventualidade ou necessidade, uma vez que sempre se encontra em sua fazenda, que faz limite com um dos lados da área Suruí, pelo rio ^{all} Terizinho (vide mapa).

O mapa (desenho) sem escala - reproduzido em anexo conforme o original - demonstra a real importância que os próprios índios atribuem à extensão de terras de ocupação histórica do grupo e, proporcionalmente, aos "dois terços" desta área que vem sendo invadidos (vide mapa para toda esta questão) pelos dois grandes proprietários da região.

Frequentemente, mediante "alertas" de alguns elementos do grupo que conhecem bem a questão problemática de suas terras, os índios percorrem seu território para verificar se há outras invasões de "civilizados", posseiros em sua área.

Fomos informados que recentemente foi constatado pelo grupo um desmatamento ao norte da aldeia, próximo ao rio ^{all} Terizinho, que vem sendo feito por um "kamará" ("civilizado") desde 1973, que pretende formar um paste no local. Para evitar conflitos diretos, os índios preveniram a chefia do Posto (ou seja, seus funcionários); no entanto, nenhuma providência foi tomada. A área está realmente desmatada e o paste de um posseiro começa a ser cercado dentro da área Suruí.

São precisamente estes fatores que devem ser levados em conta se o órgão competente estiver disposto a resolver definitivamente a questão de terras dos Suruí - que vem se arrastando há muito - e que provavelmente deverá fazê-lo em breve, evitando que uma situação insustentável, conflitante siga em frente e adquira ainda maiores proporções. Resolvida a questão fundamental para o grupo - a gratia das terras para sua sobrevivência

podemos então dar início ao projeto de desenvolvimento comunitário para o grupo dentro de um período de tempo o mais rápido possível. Ao contrário, sua integridade, sob todos os aspectos, persistirá sob ameaça.

Quanto ao trabalho na castanha, apresentaremos a seguir a re construção do quadro geral de como trans correu a safra deste ano no P.I. Sororó, segundo nesses principais informantes entre os Suruí: Tibaki, Umassa e Sawarapi.

É importante ressaltarmos desde já que todo o processo de produção da castanha funciona da mesma forma explicitada em relação aos índios Gaviões do P.I. Mãe Maria. Desta maneira, nossa ênfase recairá aqui sobre as especificidades no P.I. Sororó.

Em fins de dezembro foram contratados alguns "civilizados" regionais para os trabalhos pré-safra, ou seja, limpeza de castanhas, construção de mata-burros, abertura de picadas, etc. Em seguida (janeiro) ocorreram uma série de conflitos quanto à questão do trabalho de tais "civilizados" na extração da castanha dentro da área Suruí, o que era indesejado pelos membros da comunidade, mas não pela 2ª DR de Belém.

Após o aviamento inicial retirado do 'barracão' do Posto, previamente abastecido com mercadorias trazidas de Belém (roupas, botas, chumbo, pilhas e mantimentos em geral),²² os índios entraram para a mata com suas respectivas famílias. Embora a divisão do trabalho seja tradicionalmente entre os sexos e as

²² É o mesmo esquema que funciona para toda a região do Médio Tocantins, onde o "patrão" possui um 'barracão' de onde as mercadorias vão sendo retiradas ^{em}adiantado, para serem descontadas do valor da produção entregue, pela qual - segundo este regime

tradicional de trabalho semi-servil os trabalhadores devem receber "vales", os quais são descontados no final da safra,

havendo saldo.

famílias nucleares nos Suruf, nesta atividade ela se estende de maneira forçada, pois é impossível para uma mulher sustentar os filhos sem o marido na aldeia. Assim, elas também vão para ~~suada~~ com as crianças "pra fazê comida pros marido, cada família fais uma 'barracquinha' no mato e os solteiros fais a deles", segundo Tibaku.

No início da safra, dois homens (dos mais velhos do grupo) ficaram na aldeia fazendo farinha para os que estavam nos castanheais. Er~~am~~ pagos pelo chefe do Posto, naquela época Sr. Antonio Pereira Neto. Desta maneira, o "saldo" obtido pelos 'farinheiros' deveria resultar da entrega da farinha e não da castanha. Com a mudança de chefe de Posto, aquele trabalho não lhes era mais rendoso como antes, devido à desorganização. Os dois velhos índios foram trabalhar na castanha, já no final da safra. O que ocorreu foi que "cada um de nós que tirô um saldo melhorzinho deu um poquinho pra eles", segundo Tibaku.

Foi a época em que os dois ("civilizados") tropeiros - regionais de São Domingos foram contratados pelo Sr. Mariano (braçal de P.I.) para o transporte da castanha das colocações até o local de medição, junto à sede do Posto. Lá, a tarefa era executada pelo próprio braçal e um fiscal índio - Tibaku no início da safra, também contratado pelo ex-chefe daquele P.I., Sr Antonio Pereira Neto, por Cr\$350,00 por mês durante a safra. Com a sua saída daquele P.I. Tibaku foi trabalhar na castanha e outros ajudantes índios eram então apenas requisitados pelo novo chefe do Posto, como meros "criados" para auxiliar em todo o trabalho de medição da castanha, inclusive lavá-la.

Nesta época foram "contratados" 5 castanheiros (coletores) "civilizados", todos regionais de São Geraldo (povoado próximo) para o trabalho durante a safra, recebendo Cr\$16,00 por hecto-

litro de castanha (média da região). Só dois deles ficaram trabalhando até o final da safra, juntamente com os índios - Francisco e Ernani (último portador de mal de Hansen).

Os índios geralmente trabalham em "parceria" mas retiram "rancho" separadamente "pra não dá confusão no fim", segundo Tibaku. Conforme estabelecido este ano, o preço da "castanha de índio" foi fixado pela 2ª DR em Cr\$35,00 por hectolitro, lavada.

Dos ~~dois~~ tropeiros 'contratados', um só ficou até o fim da safra, o Sr. Antonio Alves Bezerra, possuindo uma trapa de 5 burros para fazer o transporte da castanha, além de ter recebido Cr\$1500,00 (em moeda) como adiantamento de "rancho" das mãos do Sr. Mariano.

Apesar da pressão exercida pelos grandes proprietários a que nos referimos, o início da safra no P.I. Sororó transcorreu relativamente bem com a orientação do Sr. Antonio Pereira Neto, ex-chefe daquele P.I. a quem os índios se referem frequentemente demonstrando admiração e respeito ("o Toninho sim, era direito, não enrolava a gente, dava nota de rancho e tudo", segundo Tibaku).

Com a sua saída do Posto (princípio de fevereiro último) devido a desentendimentos com a 2ª DR de Belém, assumiu a chefia o Sr. Mario Barbosa, ex-atendente lotado naquela mesma Delegacia, que pretendia de início seguir a mesma orientação correta de trabalho na safra, iniciada pelo primeiro chefe do P.I. Sororó, Antonio Pereira Neto.

A situação começou a se agravar quando, já distribuídos nas 'colocações' os índios receberam um aviso do Sr. Mario, que dizia ter recebido um rádio da 2ª DR, onde "era ordem do Coronel entregar metade da produção das colocações "Tracó",

"Borracheiras" e "Taboquinha" para o Sr. Admir Moraes". Nessas colocações deveriam trabalhar em parceria 2 índios e 2 "civilizados", castanheiros daquele proprietários. Ainda segundo o Sr. Mario Barbosa (de acordo com nossos informantes), que transmitia "ordens da 2ª DR; toda a castanha das colocações "Alégria", "Cajueiro" e "Quatro Barrecas" - onde só havia índios trabalhando - deveria ser vendida diretamente para o Sr. Braga, no "ponto", ou seja, "entregá a castanha suja, na lata, pra sê medida no 'barracão' do Braga", segundo Tibaku, de quem viriam a receber mais tarde, também diretamente, à razão de Cr\$35,00, conforme o fixado para compra do produto pela FUNAI este ano, por hectolitro. No entanto, o "rancho" era retirado no barracão do Posto I. Sororó, sob "controle" do Sr. Mario.

Contrafeitos, alguns elementos do grupo resolveram ir até os barracões daquele segundo proprietário, o Sr. Braga, para decidir a questão de seu interesse (uma vez que tais colocações se encontram em área indígena): estavam resolvidos a entregar apenas a metade da produção daquelas colocações "mas acabaram entregando tudo de Alegria e ~~Cajueiro~~ ^{de} Braga; só de 4 Barraca é que foi só uma viagem da tropa do Braga, porque acabou dando briga...", segundo Tibaku. Este proprietário dispunha portanto de tropeiros seus para apanhar a castanha nas colocações situadas naquela 'área em litígio' do Território indígena; no entanto queria que os próprios índios entregassem o produto em sua casa, poupando assim a mão de obra, ou seja, sua remuneração dos tropeiros.

→ 1975
Portanto, nesta safra, assim ficaram distribuídas as produções e os trabalhadores das colocações situadas dentro da área Suruí.

SAFRA DE 1975

	<u>COLOCAÇÃO</u>	<u>TRABALHADORES</u>	<u>DESTINO DA PRODUÇÃO IMEDIATA</u>
1, 2, 3	"Tracoá", "Taboquinha" e "Borracheiras"	Api e Putemo "Galego" e Ilmar ²³	TODA para o Sr. Almir Moraes
4	"Pedra Preta"	Tiremé ²⁴	TODA para o Sr. Almir Moraes
5	"São Raimundo"	Tibaku e Francisco ("civilizado", castanheiro do Sr. Braga) ²⁵	TODA para o P.I. Sororó
6	"Quatro Barracas"	Tiremé e Sawarapi ²⁶ (seg. 4 ^{ta} , "uma vrap tri pis Riapa, depois a gente entrou lá o resto a fim")	METADE para o P.I; Sororo e METADE para o Sr. Braga
7	"Capu I"	Arekaxu e Assai	TODA para o P
8	"Alegria"	Unassu, Sawarahá, Mihó e Marahi	TODA para o Sr. Braga
9	"Cajueiro"	Tawé e Havé	TODA para o Sr. Braga
10	"Água Fria"	Massara e Kaká	TODA para o P

23

Castanheiros do Sr. Almir Moraes "que falaram com o Mariano que ele ia trabalhá pros índio, e ele deixô", segundo Tibaku. Ficaram mais da metade da safra sozinhos "porque queriam que a metade dos índio ficasse com eles; daí o Api e o Putemo se evocaram e vieram embora", segundo o mesmo informante. Ao final da safra, "tinha um 'vale' do Almir Moraes, feito pelo cara do barracão dele; era o saldo dos dois que eles devia í tirá, lá em Marabá, uns Cr\$750,00", segundo Sawarapi.

24

Aqui, o esquema de trabalho era para ter sido o mesmo das três colocações anteriores; mas devido à confusão, Tiremé ficou sozinho.

25

"O Francisco inventô muita coisa de mim pro Braga; disse que eu era "cachaceiro", mas quem era mesmo era ele", segundo Tibaku Francisco foi-se embora e Tibaku chamou seu irmão, Tiremé, para ajudá-lo.

- 11 "Pau Preto" Ernani, "civilizado"²⁶ TODA para o P.I.
- 12 "Satanás" Massau e Mihó TODA para o P.I.
- 13 "Borracheira II" Tiremé e Api "Ficou tudo no paiol, no mato, caí tu comê!" seg. Tibaku - a produção seri TODA para o P.I.
- 14 "Pau Preto II" "civilizados" TODA para o Sr. Almir Moraes
quantos ? casta
nheiros do Sr. Almir
- 15 "Açaizal" NÃO FOI TIRADA
"tinha pouca castanha",
seg. Tibaku
- 16 "São Joaquim" Tibaku e Francisco
("civilizado"):- "fomo
lá, reparamo todo os pé
de castanha, num tinha nada",
segundo Tibaku
- 17 "Olho d'Água" Ernani ("civilizado") TODA para o P.I.
- 18 "Pedra Branca" Tiremé TODA para o P.I.
- 19 "Centrinho" "ninguém tirô, quase
não tinha castanha",
seg. Tibaku
- 20 "Qüen-Qüen" (era para Sawarapi tirar)
"mas quando cheguei lá,
não tinha castanha", segundo
ele
- 21 "Tracó" II" "ninguém tirô, num tinha
castanha", seg. Tibaku
- 22 "Centro Novinho" Ernani ("civilizado") TODA para o P.I.
- 23 "Tracó III" Sawarapi, Umassu, Mihó METADE para o
e Marahi Sr. Braga e
METADE p/ o P.I.

26

Este castanheiro "civilizado", contratado pelos funcionários do Posto é portador de mal de Hansen há muito tempo e "sempre trabalha aqui, ele tá acostumado a trabalhá sozinho, tem medo que os otro pega a doença dele", segundo Tibaku.

24 25 26 "Deserto", "Cipó", "Cupa II", "civilizados" TODA para o

27 28 "Jacobim", "Mutum" Sr. Braga

29 30 "Nova Descoberta", "Coqueiro",

31 "Caracol", "Carrasco", "Centro Novo", "Lagoa" e "Cajueirinho"

..... "civilizados" TODA para o Sr. Almir Moraes

Como pudemos observar, das 35 colocações enumeradas pelos Suruí, localizadas dentro da área indígena, 12 são exploradas efetivamente pelo Sr. Almir Moraes, 13 pela FUNAI (por índios e "civilizados"), 7 pelo Sr. Braga e 2 pelos dois últimos (Metades). Das 13 colocações exploradas via P.I., apenas 8 o foram efetivamente.

Desta maneira, 10 elementos da aldeia Suruí trabalharam para o Sr. Braga por uma única questão: recebiam "vales" pela produção entregue, o que lhes garantia de certa forma o pagamento ao final da safra, integral pela ^{na utilização em} mão de obra ~~do trabalho~~ que ~~havia~~ executado (coleta do produto a preço de "castanha de índio").

Por volta de meados de abril, o Sr. Mario Barbosa foi à Marabá com os "vales" de produção dos índios para receber o dinheiro para pagamento daqueles que haviam trabalhado para o Sr. Braga. Foram com ele Umassu, Sawarahá, Tawé e Api. Em sua residência (segundo informações de Umassu), o Sr. Braga entregou o montante ao então chefe do P.I. que, posteriormente, na pensão da cidade "chamô um por um no quarto pra pagá", segundo Umassu. "O Sawarahá e eu ganhâmo Cr\$ 1000,00 pra dividi, a gente trabalhô junto... o Api ganhô uns 300 e o Tawé foi a certá o dele em Belém. Ele foi com o Mário pra lá, de Marabá", ainda segundo Umassu, um dos líderes do grupo. No entanto, o

pagamento dos outros que "trabalharam pro Braga", como eles dizem, mas que não haviam ido à Marabá, não lhes foi entregue.

Ao voltar de Belém, "o Mário acertô a conta dos otro aqui que trabalhô pro Braga. O Marahi ganhô uns duzentos e tanto, o Mihô cento e tanto, o Havé duzentos e tanto também, só o Sawarapi e o Tiremé que tiraram cento e quarenta cada um, mais ou menos. Ah! o Putemo eu não sei, ele não falô, segundo depoimentos de Tibaku.

Do saldo da castanha que tiraram para o Sr. Braga, "era descontado o 'rancho' que a gente tirava aqui", no barracão do Posto, segundo Sawarapi. Segundo diversos elementos da comunidade, o Sr. Mario dizia ter todas as notas daquela castanha entregue ao Sr. Braga.

Chegada a época do 'acerto oficial das contas', Tibaku foi à Belém com o Sr. Mariano para resolver a questão do pagamento pelos dois meses que havia trabalhado como fiscal da safra, correspondente a Cr\$700,00 (Cr\$350,00 por mês, como havia sido combinado no início da safra) dos quais ele recebeu apenas Cr\$300,00. Segundo ele, "o Coronel chamô o Mário também pra acertá a minha conta da castanha". Na época em que trabalhara com Francisco ("o chaceiro" como ele o chama), este havia pedido à Tibaku que "acertasse a conta dele de 'rancho', era uns Cr\$60,00" o que Tibaku aceitou. Como ele (Tibaku) era uma das poucas pessoas que tinha algum controle sobre a castanha que ele e seu irmão (Tiremé) haviam extraído, o saldo a receber, segundo suas contas era de Cr\$818,00. No entanto, recebeu apenas aquêles Cr\$300,00 pois o Delegado Regional alegava que "eles não tinha mais dinheiro pra pagá o resto, nem meu nem do pessoal daqui", segundo Tibaku. Os membros da comunidade receberiam (sob a forma de mercadorias), conforme a 2ª DR, quando a primeira "carrada" de

castanha saísse do P.I. Sororó.

Ao ser seriamente acusado de 'roubo' pelos índios, o Sr. Mário Barbosa, ao voltar de Belém outra vez foi ameaçado de morte por um dos membros da aldeia, tendo em seguida se retirado sumariamente do Posto.

A situação se agravava ainda mais quando assumiu as funções de chefia do Posto, o Sr. Mariano, trabalhador braçal daquele P.I. analfabeto, como mencionamos anteriormente.

A castanha continuava a ser entregue nos "barracões" dos grandes proprietários do local, com a anuência daquele funcionário; já desta vez o trabalho de coleta estava sendo realizado por castanheiros e tropeiros "civilizados", contratados daqueles proprietários. Segundo Tibaku, "a gente (os índios) foi apanhá o que tava no chão, a gente só tirô o grosso, só no começo da safra; 'eles' tiraram o resto".

Durante nossa permanência em campo junto aos Suruí, ninguém havia portanto recebido o pagamento pelo trabalho na safra - coletores índios e "civilizados" além do tropeiro - todos esperavam a vinda do caminhão que, levando a primeira "carrada", significava o pagamento da castanha, segundo havia sido prometido na Delegacia Regional de Belém.

O tropeiro, Sr. Antonio Alves Bezerra - contratado pelo funcionário do P.I. no início da safra - era portador de mal de Hansen apresentando lesões visíveis da moléstia altamente contagiosa (lepra lepromatosa); permanecia no local, numa casa de taipa a 50 metros da aldeia, onde morava com sua família (mulher e 5 filhos) além de um índio, Irikwa, que o ajudava no transporte da tropa. Além do pagamento pelo trabalho durante a safra, estava à espera também da remuneração por serviços prestados ao Sr. Pontes pela transporte de telhas para a construção de um

castanha caíse do P.I. Sororó.

Ao ser seriamente acusado de 'roubo' pelos índios, o Sr. Mario Barbosa, ao voltar de Belém outra vez foi ameaçado de morte por um dos membros da aldeia, tendo em seguida se retirado sumariamente do Posto.

A situação se agravara ainda mais quando assumiu as funções de chefia do Posto, o Sr. Mariano, trabalhador braçal daquele P.I. analfabeto, como mencionamos anteriormente.

A castanha continuava a ser entregue nos "barracões" dos grandes proprietários do local, com a anuência daquele funcionário; já desta vez o trabalho de coleta estava sendo realizado por castanheiros e tropeiros "civilizados", contratados daqueles proprietários. Segundo Tibaku, "a gente (os índios) foi apinhá o que tava no chão, a gente só tirô o grosso, só no começo da safra; 'eles' tiraram o resto".

Durante nossa permanência em campo junto aos Suruí, ninguém havia portanto recebido o pagamento pelo trabalho na safra - coletores índios e "civilizados" além do tropeiro - todos esperavam a vinda do caminhão que, levando a primeira "carrada", significava o pagamento da castanha, segundo havia sido prometido na Delegacia Regional de Belém.

O tropeiro, Sr. Antonio Alves Bezerra - contratado pelo funcionário do P.I. no início da safra - era portador de mal de Hansen apresentando lesões visíveis da moléstia altamente contagiosa (lepra lepromatose); permanecia no local, numa casa de taipa a 50 metros da aldeia, onde morava com sua família (mulher e 5 filhos) além de um índio, Irikwa, que o ajudava no transporte da tropa. Além do pagamento pelo trabalho durante a safra, estava à espera também da remuneração por serviços prestados ao Sr. Fontes pelo transporte de telhas para a construção da se-

de do P.I., junto à atual aldeia (o que os índios consideram desnecessário).

Como já mencionamos, dois antigos funcionários (sertanistas) da FUNAI, Sr. Pontes e Sr. Cangussu foram enviados de Belém ao P.I. Sororó para investigar a situação após a saída do Sr. Mario Barbosa e auxiliar nos trabalhos de final de safra (além de orientar os índios para a abertura da pista de pouso próxima à aldeia).

Como pudemos observar, dois chefes de Posto já haviam trabalhado na orientação da safra deste ano, que contava no final com os serviços de um analfabeto e de um atendente paranoico. Conseqüentemente, não houve o menor controle sobre a produção de castanha, a não ser por parte do tropeiro, que embora analfabeto também dispunha para controle próprio de um caderno onde anotava a quantia de hectolitros de castanha que entregava, bem como a quantia de rancho que retirava nos "barracões" do Posto. Ao final da safra foi-lhe apresentada uma dívida para com o Posto de Cr\$800,00 (lembramos que no início ele havia recebido um adiantamento de Cr\$1.500,00 das mãos do Sr. Mariano), a qual não se verificava em suas anotações - o único documento disponível da safra deste ano no P.I. Sororó. Este caderno do tropeiro foi levado à Belém pelo Sr. Pontes, para averiguações, cálculos, pagamentos, etc. Segundo suas anotações, o P.I. estaria lhe devendo Cr\$750,00 pelo trabalho de transporte das tais telhas além da castanha, cuja maior parte foi considerada "perdida" pelo Sr. Mariano, o braçal que dirigiu o final da safra. Como nos foi explicado pelo próprio Sr. Antonio, seu pagamento deveria ser efetuado da seguinte maneira: trabalhando para o Posto da FUNAI, o tropeiro ganha Cr\$8,00 por "tombo" - distância que nesta região equivale a 6 km em condições normais. No

entanto, a distância mínima entre as colocações e o barracão do Posto era de aproximadamente 16 km (12 até a aldeia e mais 4 até o 'barracão' ~~proprietário~~, junto à sede do P.I. O Sr. Antonio reclamava (e com razão) que deveriam lhe pagar pelos menos dois "tombo" e meio e que, mesmo assim, afirmava com larga experiência (como tropeiro) que 'em todo o Pará, a gente ganha por hectolitro (o próprio "tombo", conforme a distância), que esse ano tão pagando pelo menos 0\$10,00 pro tropeiro por aí".

No Posto, ao entregar a castanha, um tombo equivale ao pagamento por um hectolitro, ou seja, em cada viagem, segundo o Sr. Antonio, a tropa transporta aproximadamente 7,5 hl de castanha (1,5 hl x 5 barrros) e dizia mais, "eu nunca vi isso, aqui a gente entrega castanha e ninguém recebe 'vale' !".

No P.I. Sororó, um hectolitro corresponde a 3 caixas de sabão (madeira), medida oficiosa que corresponde a 9 latas de querosene (18 litros cada) de castanha suja - cada caixa de sabão são mais ou menos 3 latas de querosene. A medição raramente é assistida pelos coletores.

1975 Assim medidos, foram extraídos 372 hectolitros de castanha para o P.I. Sororó neste ano, de janeiro a abril, sem considerar a castanha que "não foi tirada" além daquela que foi para os 'barracões' dos proprietários invasores.²⁷

Devido ao difícil acesso do caminhão da 2ª DR ao P.I. - péssimas condições da estrada, buracos, igarapés cheios, etc. - esta castanha já se encontrava no barracão junto ao Posto há dois

27

Tibaku, Umassu e Sawarapi, principalmente, faziam sérias acusações ao ex-chefe do P.I., o Sr. Mario Barbosa e ao então braçal, Sr. Mariano (que está se aposentando, devendo assim se

meses, apodrecendo. Lá havia um índio, Putemo, trabalhando na "catação" desta castanha (que já medida com atraso trouxe prejuízos devido às apodrecidas, que bóiam na água quando a castanha é lavada) que estava à espera do caminhão para ser transportada para Belém, o seu mercado.

Nos primeiros dias de julho, a primeira "carrada" (90 hectolitros) de castanha estava sendo levada para São Domingos por um caminhão particular de lá, contratado pelo Sr. Fontes. Devido às condições da estrada, o caminhão da FUNAI (2º DR) estava neste povoado, onde a castanha seria transferida e de onde seria levada para Belém. Em São Domingos, juntamente com o Sr. Fontes, estavam Api, Putemo, Tawé e Havé para auxiliar no carregamento do caminhão. (No Posto havia mais dois índios para a mesma tarefa)

O Sr. Fontes havia retornado de Belém com mercadorias (açúcar, café, sal, óleo, querosene, formicida, pulverizador agrícola, etc.) a serem distribuídas para os Surui, como forma de pagamento do saldo descontrolado na safra deste ano, onde os mais prejudicados foram os próprios índios produtores (e não, apenas coletores!), habitantes da área que, historicamente, sempre ocuparam. São eles mesmos que apontam melhor do que ninguém (como de fato apontaram, como vimos) todas as falhas do esquema que lhes é imposto para a extração do produto. Toda a confusão e aqueles 372 hectolitros de castanha que lhes sobraram como produção total deste ano no P.I. Sororó (a ser vendida em Belém para exportadores, como "produto indígena isento de tributação") representavam mais um ano de ludibriação e descontentamento em relação ao produto de um árduo trabalho, o da coleta da castanha durante todo o "inverno".

Ressaltemos mais uma vez que enquanto as terras não estiverem

garantidas, ou seja, enquanto a área Suruí não for, dentro do, mais breve possível, definitivamente ampliada e demarcada conforme os processos legais, a invasão de terras e concomitantemente de castanhais por poderosos latifundiários da região continuará se apresentando e cada vez de maneira mais problemática. Estes fatores, se não forem devidamente solucionados em breve, continuarão causando situações extremamente embaraçosas para todas as partes envolvidas, na medida em que interesses de terceiros prevalecerem sobre aqueles dos próprios índios, a quem por direito cabe o "usufruto exclusivo das riquezas naturais da área", onde o 'arrendamento' continua se dando de maneira velada através das práticas extrativistas.

OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - SUBSISTÊNCIA

Ao serem transferidos de aldeia (para aquela próxima ao Posto, em 1974), os Suruí formaram naquele local uma roça que agora começa a produzir - mandioca, macaxeira, batata, banana, inhame, cana, algodão (algum de capim para o gado) que está sendo colhida até que as roças da "aldeia velha", a atual, fiquem prontas outra vez.

Na aldeia antiga, para onde voltaram, os Suruí nunca abandonaram completamente sua roça de mandioca (próxima ao local), uma vez que sua alimentação básica é constituída de farinha (e massa de tapioca) somada à caça no "inverno" e a outros produtos da roça no "verão".

O trabalho nas roças é uma atividade realizada ainda pela família nuclear entre os Suruí, conforme já mencionamos (embora as tarefas femininas sejam muito restritas, agora). Cada família tem a sua pequena roça de mandioca, batata, milho, inhame, cana, algodão, etc. No caso de uma família não ter mandioca em

sua roça, aquela que a tem oferece em troca algum outro produto que não tenha na sua. Assim, o produto do trabalho é trocado - a família que não tem mandioca faz a farinha que é trocada pelo outro produto, batata, por exemplo.

Fazer farinha é tarefa principalmente masculina. A casa da farinha, junto às roças e próxima à aldeia dispõe de dois fornos e um caititu, que não é suficiente e necessita, assim mesmo, de reparos ou substituição.

A roça da "aldeia velha" (atual) será derrubada e queimada para novo plantio. Enquanto isto, vão colhendo da roça da "aldeia nova", onde estiveram junto ao Posto (sede). Assim, neste "verão", iam trabalhar nas duas (pois a safra da primeira lhes consumiu todo o "inverno") até que a atual fique pronta.

Ainda na roça da aldeia junto à sede do P.I., havia uma plantação de um pequeno pomar - mamão, laranja, caju, lima, limão, cupuaçu, etc. Devido à existência de formigas cortadeiras (saúvas) em grande quantidade nas proximidades da atual aldeia, o pomar (manga, caju, goiata, maracujá, etc.) só terá condições de se desenvolver quando estas saúvas forem exterminadas.

Uma vez agora que os índios dispõem de um pulverizador agrícola (levado de Belém pelo Sr. Fontes), as 'pragas' das plantações também poderão ser combatidas. Os Suruí sentem também falta de orientação para o plantio de novas culturas, como o feijão.

Em fevereiro último foram colhidas amostras de terras do local para exame de possibilidade agrícola do solo na Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz" (Sorocaba- USP), cujos resultados serão investigados, diante da elaboração do projeto de desenvolvimento comunitário para os índios Suruí do P.I. Sororó.

1 Anon, 16. colheitas por eles, já há um mês colhido (roça)

essa quantidade) e estava armazenado no paiol, junto à sede do Posto, para consumo do grupo. No entanto, devido à distância e aos frequentes desentendimentos com o trabalhador braçal, estes dificilmente vão até aquele local para apanhar arroz (que é ^{de cascado} ~~seco~~ no pilão na aldeia atual) ou mesmo qualquer outro produto das roças lá existentes ainda, ficando sua alimentação na dependência da caça (veado, caixitu, porco do mato ainda abundantes na área), ou melhor, dos cartuchos.

A pesca ocorre com mais frequência no "inverno", quando os igarapés estão cheios. No "verão", a estiagem é grande.

Quanto às atividades pecuárias, estas foram abandonadas por ocasião da morte de quase todo o rebanho dos Suruí, época em que foram transferidos para a "aldeia nova", como mencionamos anteriormente. Devido à existência de um capim plantado atrás da aldeia atual, lá se encontram atualmente dois burros (fêmeas) um cavalo (doado por Dr. João Paulo Botelho Vieira F^o) e um jumento (fêmea).

Das duas "burras", como chamam, uma é velha e foi presente de Sr. Braga a um dos elementos do grupo há algum tempo. A outra foi pedida emprestada este ano ao mesmo proprietário pelo ex-chefe do Posto, Sr. Mario Barbosa, para trabalhar lá durante a safra da castanha. Quando este se foi, o animal "em questão" continuou na aldeia. Segundo Tibaku, "tem que vim orde do Coronel pra entregá essa burra... se o Braga quisé ela, ele tem que falá com o Mario que vai dá dinheiro pra ele em lugar da burra... aí ela fica aqui!".

Destes animais, talvez só o cavalo seja vacinado.

Em São Raimundo, povoado próximo na região, os Suruí deixaram

naquela ocasião com um regional ("quinta do Josias") uma vaca, um bezerro (que pretendem trocar por uma novilha) e um touro reprodutor. Possuem também uma outra novilha que se encontra aos cuidados de um outro regional, numa localidade chamada "Metade", próxima ao P.I. Todos estes animais ainda não foram vacinados. Segundo Tibaku, o Sr. Josias 'empresta' o touro dos índios para cruzamento ^{de novilhas de} pequenos proprietários das redondezas, sem consultá-los ou mesmo pagá-los de alguma forma - "já tem uns 4 bezerro daquele touro por aí...", segundo Tibaku.

Atualmente, há capim plantado próximo ao igarapé Terizinho (ver mapa), onde pretendem formar um pasto cercado para trazer este pequeno rebanho para junto da comunidade, enquanto o pasto junto à atual aldeia não estiver pronto. (é necessário, limpar, queimar e plantar o capim ainda). O arame farpado para a cerca já se encontra na aldeia há mais de um ano; são 17 bolos e meio de arame, doação também do Dr. João Paulo B. Vieira F^o aos índios Suruí do P.I. Sororó.

Pretendem também construir aí um curral para que possam ordenhar o gado. É importante lembrarmos que houve uma experiência anterior: a partir de 3 cabeças (doadas por Dr. João Paulo), os Suruí chegaram a ter 12 (segundo Tibaku). A lida com o gado e o consumo do leite (=proteínas e cálcio) já eram práticas conhecidas deles quando o rebanho foi vitimado pela raiva por não ter sido vacinado.

Os índios conhecem agora a importância e a necessidade da vacinação nos animais, que eles mesmos podem fazer, uma vez que disponham das vacinas, que só podem ser adquiridas em Belém.

Além do gado, os inúmeros cães existentes na aldeia também necessitariam de alguns cuidados, o que só pode trazer benefícios

para a comunidade, já que tais medidas também dizem respeito ao seu estado de saúde.

SAÚDE

Para este outro ponto importante de nosso levantamento, contamos com a colaboração do Dr. João Paulo Botelho Vieira F^o, que conforme mencionamos, costuma visitar anualmente a aldeia (há 7 anos) e que nos acompanhou nesta estadia. Conhecedor de um histórico do estado de saúde do grupo, suas informações nos foram extremamente valiosas, elucidativas para o levantamento da situação atual.

Além dos casos frequentes de gripes, constatamos dois antigos casos de epilepsia entre os índios, cuja terapia constante tem que ser observada. Para tal, Dr. João Paulo, envia mensalmente uma caixa de medicamentos como doativo aos Suruí, onde constam aqueles específicos para estes dois casos, mas que, no entanto, não estavam sendo administrados, como pudemos constatar: o medicamento se encontrava nas prateleiras da farmácia, quando o próprio Dr. João Paulo se dispôs a organizá-la.

Observamos também casos prováveis de doenças venéreas adquiridas pelos homens (casados) do grupo nas suas incursões aos miseráveis prostíbulos de São Domingos (povoado próximo na região).

Alguns sintomas foram diagnosticados nas mulheres do grupo.

Há também entre os Suruí, um caso de TB pulmonar (Marahi), que já foi submetido a tratamento em São Paulo (vide relatório anterior). Esta moléstia, como sabemos, exige controle permanente, o que não vinha sendo feito. Como Marahi voltava a apresentar sintomas (tosse, alguma febre, além de estar muito

franzino), aconselhamos o atendente que solicitasse o seu encaminhamento à Belém para tal finalidade.²⁸

No entanto, a situação de saúde dos índios Suruí se apresenta sob forma lastimável no que se refere à parte dentária. Praticamente todos os membros adultos da comunidade não têm mais dentes, principalmente os molares, indispensáveis à mastigação. Isto lhes dificulta a alimentação e, conseqüentemente, tem efeitos diretos sobre o estado de saúde. As extrações são feitas em necessidade por não existir uma assistência em termos de tratamento dentário. Agora, é quanto às crianças (mais de 60% da população) que alertamos os órgãos responsáveis no sentido de evitar que o mesmo lhes aconteça no futuro.

A assistência aos Suruí no setor de saúde é, atualmente, das mais precárias. Bom atendimento não significa apenas disposição de medicamentos na farmácia do Posto - tudo depende da orientação segundo a qual estes medicamentos são administrados, da capacidade profissional e responsabilidade de quem o faz ou pensa que faz.

28

Durante nossa estadia em Belém, tivemos oportunidade de visitar a Casa do Índio, mantida pela 2ª DR. Lá encontramos Marahi (que havia ido à Belém com o Sr. Mariano) para efetuar o controle da TB, como havíamos indicado. Devido à superlotação das instalações, Marahi (e mais quatro índios) estavam dormindo ao relento, tendo suas redes amarradas nas árvores ao redor das dependências daquele local. Segundo ele, a comida era razoável, mas em quantia insuficiente para os que lá se encontravam. Marahi dizia que já havia feito os exames e que, no entanto, já estava há algum tempo hospedado na Casa do Índio sem saber dos resultados, bem como quando iria retornar à aldeia.

o caso do atual atendente daquele P.I. (vide página 71) que conforme mencionamos acumulava na época funções de "chefia". Além de pretender querer usar os índios como seus "criados" - pois tinha para com o grupo atitudes extremamente autoritárias e provocativas, o Sr. Arakén proibia terminantemente o uso efetivo da farmácia e medicamentos pelos próprios índios. Tal proibição é arbitrária medida em que há diversos elementos alfabetizados no grupo que dispõem de conhecimento para a realização de tais tarefas - há uma índia, Opireme, que tem inclusive um curso de enfermagem prática, realizado em Itupiranga (no Ambulatório dirigido na época por D.^a Renée Delorme).

Em caso de necessidade, por exemplo, na ausência daquele atendente no Posto, tais elementos do grupo poderiam perfeitamente manipular seus conhecimentos (uma vez que a farmácia esteja organizada) com uma responsabilidade e respeito humano incomparáveis ao atendimento atual.

Diversos fatores - traços caracteriais extremamente autoritários continuamente armado de revólver - nos levaram praticamente a constatar o precário estado de saúde mental daquele atendente que, se submetido a um exame psiquiátrico, uma paranóia seria facilmente diagnosticada. Além deste fatos mais flagrantes, foram encontrados junto ao Posto (e aos índios) dois casos de mal de Hansen (lepra lepromatosa): o tropeiro, Sr. Antonio Alves Bezerra, contratado este ano por um funcionário do P.I. e um castanheiro "civilizado", Sr. Ernani Souza Santos, que há muito tempo vem trabalhando para a FUNAI em época de safra. Como o primeiro ainda se encontrava junto à aldeia (por motivos já explicitados anteriormente) morando a 50 metros dela, sob péssimas condições (casa de paipa), com a família, tendo em sua ca

com Antônio, Irikwá, residindo permanentemente, tomamos a iniciativa conjunta com o então atendente do P.I., Sr. Arakén, de retirá-lo da área mediante uma gratificação (vide Recibo em anexo) , já que sua presença lá, em tais condições, era extremamente perniciosa para a comunidade indígena.

Considerando a exigência feita pela FUNAI de perfeito estado de saúde daqueles que, por finalidades científicas (de pesquisa) venham a estar em contato com o grupo, é inadmissível que os próprios funcionários do P.I. contratem indivíduos portadores de moléstias (altamente contagiosas, no caso) para trabalhar junto à comunidade por um largo período de tempo - há 6 meses que o Sr. Antonio se encontrava lá.

Um outro ponto importante quanto à questão de saúde diz respeito às frequentes incursões de regionais ("civilizados", "kamará") nas dependências do Posto e da aldeia, com permissão dos funcionários daquele P.I. à procura de medicamentos, ocasião em que aproveitam para pedir comida aos índios que vêm em suas casas serem ~~institucionalmente~~ invadidas, como tivemos oportunidade de presenciar. Portadores de lepra, malária, desintéria com sangue, viroses, gripe, etc. estes "pertanejos não têm a quem recorrer.

No entanto, o livre trânsito de pessoas com moléstias infecciosas dentro da aldeia Suruí é perniciosa e inconveniente para a comunidade indígena, onde a entrada de pessoas estranhas não é legalmente permitida, sem autorização prévia. Uma vez que a sede do Posto se localiza à entrada da área e a aldeia dista cerca de 4 km a este local (daí a pretendida mudança, desnecessária da sede do P.I. para junto à aldeia), tais fatos não ocorreriam se os funcionários do P.I. tivesse um pou-

ce mais de responsabilidade e bom-senso ao desempenhar suas funções.

A construção de casas de taipa (pau a pique) é extremamente de saconselhável na região e na aldeia - questão das casa do tropeiro e do próprio atendente, esta em construção - pois introduz a moléstia de Chagas por infestação do "barbeiro" ou tria tomíneo.

A orientação deveria ser de não construção deste tipo de mora dia, o que foi totalmente desconsiderado pelo atendente. Assim, o controle do estado de saúde dos Suruí não diz respeito apenas - e principalmente - aos membros da comunidade, uma vez que tais fatos ocorram. Voltamos a enfatizar que a incompetência dos encarregados de Postos são as causas da maioria dos problemas advindos para a comunidade indígena, num plano interno/externo, neste e noutros setores..

EDUCAÇÃO

Há na aldeia Suruí 4 elementos, 2 homens e 2 mulheres, que foram alfabetizados quando estiveram no sul, livrados por Frei Gil Gomes, o qual durante muitos anos prestou assistência sistemática ao grupo.

Uma vez que se mostraram interessados numa "escola" para a co muniidade, em vista do grande número de crianças - e principalme nte onde a língua é falada por todos - o desenvolvimento de um programa de ensino bilíngue seria plenamente viável, mediante o treinamento destes próprios membros da comunidade, para orientação de uma atividade que é de interesse de todos. A orien tação de um linguista seria uma guia para a formação daqueles monitores de ensino bilíngue na aldeia Suruí.

No que se refere ao quadro demográfico , a comunidade Suruí (P.I. Sororó) conta atualmente com uma população de 66 pessoas. Desde fevereiro último (vide relatório anterior quanto à distribuição por idade, sexo e residência do grupo) três crianças nasceram (todas do sexo feminino) e uma morreu . Ao deixarmos o grupo, havia 3 mulheres grávidas que terão seu filho até fins deste ano, início do próximo.

RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE

Uma vez apresentadas no decorrer deste relatório as relações entre os membros da comunidade indígena Suruí e os funcionários do Posto (representantes permanentes mais próximos da sociedade envolvente) resta-nos agora fazer algumas observações quanto ao grau de intercâmbio propriamente dito, num 'contínuum' entre extremos.

Apesar de se pretender que o valor do trabalho da comunidade durante a safra seja correspondido 'à altura' com o fornecimento de mercadorias através de um intermediário (o próprio Posto) esta atitude ainda é bastante paternalista ao se considerar as reais relações entre a comunidade indígena Suruí e a sociedade envolvente como um processo..

E importante ressaltarmos aqui a forma como este processo vem se dando até então só tende a reforçar uma relação de dependência para com a entidade protetora, na medida em que as oportunidades de escolha lhes são tolhidas, e não propiciadas. Esta atitude reforça também, por outro lado, certos estereótipos existentes em relação ao "índio", que é visto "de fora" como "preguiçoso", "que precisa aprender a trabalhar", "cachaceiro", etc. o que lhes é extremamente destrutivo em termos de uma ina

gem criada pela sociedade envolvente, que faz com que ele por vezes se sinta incapaz de decidir por si.

Uma vez que certos conhecimentos da sociedade abrangente são bastante conhecidos e difundidos entre determinados membros da comunidade, como por exemplo a manipulação de um sistema monetário, de mecanismos de barganha, etc. é importante que participem efetivamente dos "negócios" de seu interesse, já que são ocupantes históricos da área e, por sua vez, tais atividades estabelecem a ligação com a economia regional.

Estas condições básicas favorecem a possibilidade de comercialização direta e autônoma de certos produtos (como a castanha) de maneira satisfatória pela e para a comunidade Suruí.

O contato permanente durante 15 anos já possibilita aos Suruí condições suficientes para que venham num futuro próximo, tomar as rédeas de sua vida comunitária novamente, assim que os problemas cruciais - demarcação definitiva da área e forma de trabalho na castanha - forem solucionados.

Para isto os Suruí vem esperando a colaboração e orientação de pessoas mais honestas, que tenham condições de compreender estes problemas e procurar solucioná-los em conjunto com a comunidade, ao invés de agravá-los, como vem ocorrendo à revelia (ou negligência) do órgão competente, principalmente ao nível regional, ou seja 2º DR.

Assim, é necessário que todos os fatores apontados (neste relatório bem como no anterior) sejam devidamente considerados para que a comunidade Suruí venha a trabalhar para a sua própria alternativa de "integração" paulatina, ~~como~~